



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Ministério Público

Gabinete do Subprocurador-Geral LUCAS ROCHA FURTADO

Excelentíssimo Senhor Ministro-Presidente do Tribunal de Contas da União

Com fundamento no artigo 81, inciso I, da Lei 8.443/1992, e nos artigos 237, inciso VII, e 276, *caput*, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, aprovado pela Resolução 155/2002, o Ministério Público junto ao TCU oferece

REPRESENTAÇÃO

COM REQUERIMENTO DE ADOÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR

com o propósito de que o Tribunal, no cumprimento de suas competências constitucionais de controle externo de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Pública federal, decida pela adoção das medidas necessárias a avaliar a conformidade de ato praticado no âmbito da Advocacia Geral da União (AGU) — que promoveu, simultaneamente, 607 procuradores, dos quais 606 para o topo da carreira — com o ordenamento jurídico vigente e com as medidas legais de caráter excepcional adotadas durante o estado de calamidade pública decorrente da pandemia do novo coronavírus.

De acordo com matéria jornalística publicada em 23/09/2020 no portal do “Estadão” (<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,agu-promove-em-um-so-dia-606-procuradores-ao-topo-da-carreira-com-salario-de-r-27-3-mil,70003449651>), a AGU promoveu em um único dia 607 procuradores, sendo 606 para o topo da carreira, com salários de R\$ 27,3 mil.

Cumprе ressaltar, de plano, que não sou contra a valorização das carreiras de que trata o ato em questão, nem a que façam jus a uma digna remuneração. A iniciativa desta representação resulta de avaliação objetiva em face das circunstâncias atuais, aplicável a qualquer aumento de remuneração custeados com recursos públicos. A prova disso é que recentemente representei ao TCU também contra a concessão de benefícios para a diretoria da Embratur e, ainda ontem, contra o aumento da remuneração da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Civil do Distrito Federal. Como diz o dito popular, “pau que dá em Chico, também dá em Francisco”.

Na qualidade de membro do Ministério Público junto ao TCU, tenho o dever funcional de, por delegação, “promover a defesa da ordem jurídica, requerendo, perante o Tribunal de Contas da União as medidas de interesse da justiça, da administração e do Erário”, em obediência ao que estipula o art. 81, inciso I, e art. 82, da Lei nº 8.443/1992.

Diante desse dever legal, entendo que a promoção acima aludida é nula de pleno direito, tendo em vista a legislação excepcional atualmente vigente em momento de calamidade pública decorrente da pandemia de covid-19.

Refiro-me à Lei Complementar nº 173/2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19). As disposições contidas em seu art. 8º colidem frontalmente com o aumento de remuneração em comento. Vejamos as disposições da referida Lei Complementar:

Art. 8º Na hipótese de que trata o art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de:

I - conceder, a qualquer título, vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a membros de Poder ou de órgão, servidores e empregados públicos e militares, exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade pública;

(...)

VI - criar ou majorar auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza, inclusive os de cunho indenizatório, em favor de membros de Poder, do Ministério Público ou da Defensoria Pública e de servidores e empregados públicos e militares, ou ainda de seus dependentes, exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade;

Uma vez que a hipótese de que trata o art. 65 da Lei Complementar 101/2000 é a do estado de calamidade e que o Decreto Legislativo nº 6/2020 reconheceu a pandemia causada pelo coronavírus como ocorrência dessa natureza, entendo que a promoção de 607 procuradores realizada pela AGU, num único dia, colide frontalmente, em face dos seus efeitos financeiros, com disposição expressa da Lei Complementar 173/2020.

Ao contrário do que informa a matéria jornalística e do que acreditam os técnicos do governo consultados pela reportagem, não é verdade que “não há na lei nenhum dispositivo que vede a concessão de progressões funcionais”. A progressão funcional implica adequação da remuneração, aumento vedado no inciso I do art. 8º, seja mesmo a esse título ou a qualquer outro, conforme excerto acima transcrito. Com efeito, tratando-se de vedação destinada a promover contenção de despesas com o intuito de permitir a concentração de esforços financeiros no combate à pandemia, não há nenhuma razão para excepcionalizar a adequação de remuneração decorrente de progressão funcional.

Além do conflito do ato ora questionado com a lei complementar, entendo, ainda, que a referida progressão infringe o princípio da moralidade administrativa de que trata o art. 37 da Constituição Federal, colidindo, assim, com a própria Carta Magna.

O aumento de remuneração da categoria em questão – neste momento – constrange a sociedade brasileira, pois é difícil crer que em situação tão sensível que vivemos, quando se acumulam crises sanitária, econômica e fiscal em face dos grandes esforços exigidos de todos para o enfrentamento da pandemia decorrente do Covid-19, a União aprove medida que virá a exigir ainda mais recursos da sociedade, já sobrecarregada por problemas que se acumulam nos campos da saúde e econômico, do convívio social, do emprego e da renda.

Os impactos financeiros da promoção dos 607 procuradores não foram divulgados, mas é de se prever que serão muito significativos, haja vista que apenas um deles não foi levado ao topo da carreira. Quando esse aumento se soma ao benefício recentemente conquistado pelos advogados públicos federais, relativo ao recebimento de honorários de sucumbência, a título dos quais foram repassados para os integrantes da carreira, em 2019, R\$ 590 milhões, torna-se difícil justificar mais

aumento de despesa do Poder Público em favor deles, exatamente no momento da explosão das despesas para o enfrentamento da Covid-19.

Essa situação se mostra agora, diante do cenário econômico catastrófico que vivemos – com sinalização de queda vertiginosa do Produto Interno Bruto brasileiro – inteiramente inoportuna e indecorosa e até, porque não dizer, de indesculpável indiferença com a população em geral, sobretudo com as pessoas mais pobres, que serão chamadas a pagar a conta exatamente no momento em que, possivelmente, enfrentam as maiores dificuldades, incertezas e angústias de suas vidas.

Cumpra, pois, reclamar ao TCU que se manifeste acerca dessa questão, inserida no âmbito da sua competência constitucional de fiscalizar o regular uso dos recursos do Tesouro Nacional, à conta do qual serão custeados os valores destinados ao pagamento das despesas decorrentes da promoção, em um único dia, de 607 procuradores efetivada pela AGU, sejam elas denominadas readequação da remuneração, reajuste, aumento, ou recebam qualquer outro título que se decida empregar.

Ademais, tendo em vista as fundadas razões – conforme acima apontadas – para que seja declarada a nulidade da mencionada promoção em face das disposições da Lei Complementar nº 173/2020 e por ofensa ao princípio constitucional da moralidade, e considerando, ainda, o risco de difícil reparação caso seja pago o aumento correspondente, é de se concluir que o caso ora em consideração encerra as condições necessárias e suficientes para que, com base no que dispõe o artigo 276, *caput*, do Regimento Interno do TCU, seja adotada medida cautelar determinando à Advocacia Geral da União que se abstenha de pagar o aumento de remuneração correspondente à promoção ora questionada até que o Tribunal decida sobre o mérito da questão. Isso porque estão evidentemente presentes, neste caso, o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*, traduzidos na aludida afronta às disposições do ordenamento jurídico aplicáveis à matéria e no fundado receio de ocorrer grave lesão ao interesse público.

Por fim, é de se observar que este Ministério Público junto ao TCU possui legitimidade para formular representações a esse Tribunal, que os fatos foram apresentados em linguagem clara e objetiva e estão acompanhados, em anexo, das informações referenciadas nesta peça.

- III -

Ante o exposto, este representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, com fulcro no artigo 81, inciso I, da Lei 8.443/1992, e nos artigos 237, inciso VII, e 276, *caput*, do Regimento Interno do TCU, requer ao Tribunal, pelas razões acima aduzidas, que conheça desta representação para que, no

cumprimento de suas competências constitucionais de controle externo de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Pública Federal:

a) decida pela adoção das medidas necessárias a avaliar a conformidade de ato praticado no âmbito da Advocacia Geral da União (AGU) — que promoveu, simultaneamente, 607 procuradores, dos quais 606 para o topo da carreira — com o ordenamento jurídico vigente e com as medidas legais de caráter excepcional adotadas durante o estado de calamidade pública decorrente da pandemia do novo coronavírus; e

b) fazendo-se presentes, no caso ora em consideração, o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*, seja adotada medida cautelar determinando à Advocacia Geral da União (AGU) que se abstenha de pagar os aumentos correspondentes à promoção ora questionada até que o Tribunal decida sobre o mérito da questão.

Ministério Público, 24 de setembro de 2020.

(Assinado Eletronicamente)
Lucas Rocha Furtado
Subprocurador-Geral